

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	57
----------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	58
-------------------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	59
------------------------------------------------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	30.357.847.596
Preferenciais	0
Total	30.357.847.596
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.543.657	1.511.815
1.01	Ativo Circulante	59.951	89.776
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	18.797	39.512
1.01.02	Aplicações Financeiras	7.510	27.842
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	7.510	27.842
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	7.510	27.842
1.01.03	Contas a Receber	16.607	18.342
1.01.03.01	Clientes	16.607	18.342
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.848	273
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.848	273
1.01.07	Despesas Antecipadas	557	1.569
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.632	2.238
1.01.08.03	Outros	6.632	2.238
1.02	Ativo Não Circulante	1.483.706	1.422.039
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	344.073	299.929
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	209.325	182.058
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	209.325	182.058
1.02.01.03	Contas a Receber	2.998	0
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.998	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	109.495	98.630
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	109.495	98.630
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	343	400
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	21.912	18.841
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	16.060	18.841
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	5.852	0
1.02.03	Imobilizado	11.067	11.265
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.067	11.265
1.02.04	Intangível	1.128.566	1.110.845
1.02.04.01	Intangíveis	1.128.566	1.110.845

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.543.657	1.511.815
2.01	Passivo Circulante	30.924	45.086
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.026	3.548
2.01.01.01	Obrigações Sociais	385	1.769
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.641	1.779
2.01.02	Fornecedores	19.173	32.551
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	19.173	32.551
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.007	2.647
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.106	1.291
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.106	1.291
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	901	1.356
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.529	4.324
2.01.04.02	Debêntures	4.529	4.324
2.01.05	Outras Obrigações	487	516
2.01.05.02	Outros	487	516
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	258	287
2.01.05.02.05	Outros Passivos	229	229
2.01.06	Provisões	1.702	1.500
2.01.06.02	Outras Provisões	1.702	1.500
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovias	1.702	1.500
2.02	Passivo Não Circulante	1.440.885	1.373.618
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.280.241	1.217.714
2.02.01.02	Debêntures	1.280.241	1.217.714
2.02.02	Outras Obrigações	83.414	76.611
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	81.289	74.348
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	81.289	74.348
2.02.02.02	Outros	2.125	2.263
2.02.02.02.03	Outros Passivos	2.125	2.263
2.02.04	Provisões	77.230	79.293
2.02.04.02	Outras Provisões	77.230	79.293
2.02.04.02.04	Provisões para Demandas Judiciais	3.976	4.093
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	3.010	3.010
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	70.244	72.190
2.03	Patrimônio Líquido	71.848	93.111
2.03.01	Capital Social Realizado	303.578	303.579
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-231.730	-210.468

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	56.533	109.948	62.047	119.140
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.053	-44.658	-40.122	-84.837
3.03	Resultado Bruto	52.480	65.290	21.925	34.303
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-830	4.204	-3.124	-5.868
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.140	-4.807	-3.124	-5.891
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-4.140	-4.807	-3.124	-5.891
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.310	9.011	0	23
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	51.650	69.494	18.801	28.435
3.06	Resultado Financeiro	-42.515	-101.622	-49.584	-111.976
3.06.01	Receitas Financeiras	12.656	20.761	7.472	14.402
3.06.02	Despesas Financeiras	-55.171	-122.383	-57.056	-126.378
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	9.135	-32.128	-30.783	-83.541
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.409	10.865	10.425	27.921
3.08.01	Corrente	10.865	10.865	10.425	27.921
3.08.02	Diferido	-13.274	0	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	6.726	-21.263	-20.358	-55.620
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	6.726	-21.263	-20.358	-55.620
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00022	-0,00070	-0,00083	-0,00224

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	6.726	-21.263	-20.358	-55.620
4.03	Resultado Abrangente do Período	6.726	-21.263	-20.358	-55.620

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	47.887	36.721
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	79.828	50.364
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-21.263	-55.620
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-10.865	-27.921
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	6.906	11.225
6.01.01.04	Variação monetária e reversão do AVP sobre a provisão para investimentos em rodovias	202	255
6.01.01.05	Juros e variações monetárias sobre notas promissórias	114.214	119.288
6.01.01.06	Juros sobre Mútuos com Partes Relacionadas	6.941	5.363
6.01.01.07	Provisão para Demandas Judiciais	-117	0
6.01.01.08	Provisão para Manutenção em Rodovias	-1.946	12.141
6.01.01.10	Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	108	0
6.01.01.11	Rendimento de Aplicação Financeira	-14.352	-14.367
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-31.941	-13.643
6.01.02.01	Contas a Receber	1.735	552
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	1.069	1.044
6.01.02.03	Outros Ativos	-8.268	-370
6.01.02.04	Fornecedores	-13.378	-12.627
6.01.02.05	Credor pela Concessão - Ônus Variável	-29	-28
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	-640	83
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	-522	184
6.01.02.08	Provisão para Demandas Judiciais - Pagamentos	-4.976	0
6.01.02.09	Outros Passivos	-138	-114
6.01.02.10	Tributos a Recuperar	-6.794	-2.367
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-17.120	15.266
6.02.01	Investimentos no Ativo Imobilizado	-776	-1.889
6.02.02	Investimentos no Ativo Intangível	-23.761	-28.465
6.02.04	Aplicação Financeira	0	-199
6.02.05	Resgate de Aplicações Financeiras	7.417	45.819
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-51.482	6.916
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-51.482	-48.084
6.03.05	Integralização de Capital Social	0	55.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-20.715	58.903
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	39.512	11.966
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	18.797	70.869

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-210.467	0	93.111
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-210.467	0	93.111
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-21.263	0	-21.263
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-231.730	0	71.848

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	248.578	0	0	-105.380	0	143.198
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	248.578	0	0	-105.380	0	143.198
5.04	Transações de Capital com os Sócios	55.000	0	0	0	0	55.000
5.04.01	Aumentos de Capital	55.000	0	0	0	0	55.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-55.620	0	-55.620
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-55.620	0	-55.620
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-161.000	0	142.578

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	119.583	127.882
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	95.333	97.631
7.01.02	Outras Receitas	24.250	30.251
7.01.02.01	Receita de Serviços de Construção	20.605	26.967
7.01.02.02	Receitas Acessórias	3.645	3.284
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-24.647	-71.783
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.424	-43.273
7.02.04	Outros	-22.223	-28.510
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-20.605	-26.967
7.02.04.02	Custo da Concessão - Ônus Variável	-1.618	-1.543
7.03	Valor Adicionado Bruto	94.936	56.099
7.04	Retenções	-6.906	-11.225
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.906	-11.225
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	88.030	44.874
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	20.761	14.402
7.06.02	Receitas Financeiras	20.761	14.402
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	108.791	59.276
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	108.791	59.276
7.08.01	Pessoal	8.151	8.468
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.257	6.750
7.08.01.02	Benefícios	1.894	1.718
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-952	-19.172
7.08.02.01	Federais	-5.901	-24.050
7.08.02.03	Municipais	4.949	4.878
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	122.855	125.600
7.08.03.02	Aluguéis	950	949
7.08.03.03	Outras	121.905	124.651
7.08.03.03.01	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	6.941	5.363
7.08.03.03.03	Juros e variações monetárias sobre notas promissórias	114.964	119.288
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-21.263	-55.620
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-21.263	-55.620



2T16

Divulgação de Resultados

www.rodoviasdotiete.com.br



Relatório da Administração - 30 de Junho 2016

12 de Agosto de 2016 - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A.- “Rodovias do Tietê”, que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do 2º trimestre de 2016.

Apresentação dos Resultados

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos findos em 30 de Junho de 2016 e 2015 foram elaboradas de acordo o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas às informações contábeis intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Conseqüentemente, as presentes informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Destaques	Página 4
Sumário Executivo	Página 5
Tráfego de veículos e Eixos equivalentes	Página 6
Tráfego por praça	Página 7
Tarifas de pedágio	Página 8
Receitas	Página 9
Custos e Despesas operacionais	Página 10
EBITDA e Margem ebtida	Página 11
Resultado Financeiro	Página 12
Debêntures	Página 13
Principais Obras e Investimentos	Página 15
Responsabilidade Socioambiental	Página 16
Demonstrações Financeiras	Página 18
Relacionamento com o Auditor	Página 22

Nuno Coelho

*Diretor Administrativo, Financeiro
e de Relações com Investidores / CFO*

Thiago Jordão Rocha

Gerente de Controladoria

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

Email: ri@rodoviasdotiete.com.br

www.rodoviasdotiete.com.br/ri

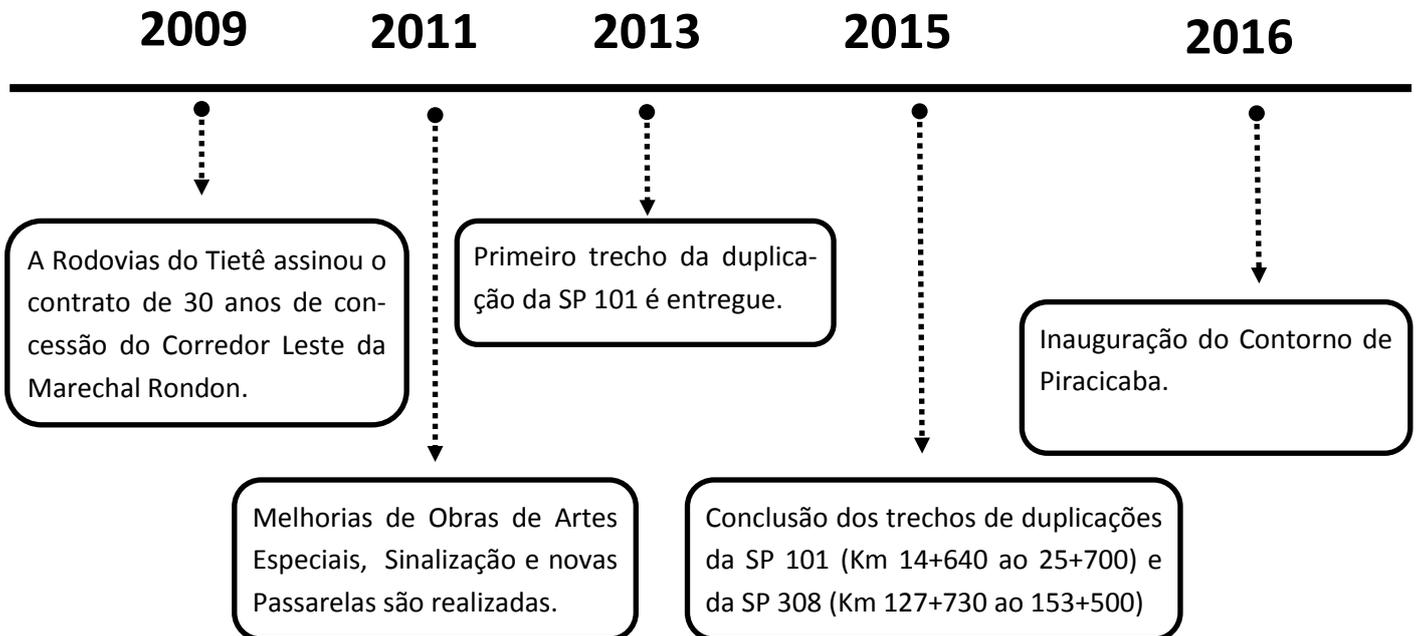


Concessionária

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 1,3Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e o Contorno de Piracicaba que contribuirão com o desenvolvimento econômico da região e proporcionarão mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.





Destaques:

Receita

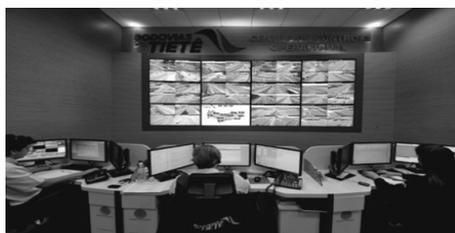
- ✓ R\$ 109 milhões de receita líquida.

Tráfego

- ✓ Redução de 6,47% no tráfego pedagiado, principalmente pelas condições macroeconômicas e pela interdição do trecho da Serra de Botucatu causada pelo acidente geológico.

Obras

- ✓ Inauguração do Contorno de Piracicaba.



Sumário Executivo

O ano de 2016, assim como o ano de 2015, vem apresentando muitas alterações macroeconômicas no Brasil, com a alta na taxa básica de juros do Banco Central do Brasil (SELIC), passando de 13,65% a.a. em 2015 para 14,15% a.a em 2016, segundo o relatório do COPOM. Vale ressaltar também que o índice oficial de inflação do país (IPCA) foi de 4,95% no acumulado entre Janeiro e Junho, segundo o IBGE. Já o Banco Central, através do relatório Focus, apontou em 2015 uma redução de 3,44% do Produto Interno Bruto (PIB).

No primeiro semestre de 2016 houve uma redução de aproximadamente 6,47% no tráfego de veículos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, essa redução deve-se a situação macroeconômica do país e foi agravada, também, pelo acidente geológico ocorrido em Janeiro de 2016 na Serra de Botucatu. Devido o alto índice de chuva no mês de janeiro, o trecho de Serra da SP 300 ficou totalmente interditado para subidas e descidas de veículos leves e pesados devido a um deslizamento da vegetação que atingiu a pista no trecho do KM 237. A interdição para todos os veículos ocorreu do dia 11 de janeiro até o dia 31 de março, em 01/04 a passagem de veículos leves foi liberada. Já a liberação total da Serra está prevista para Setembro de 2016. Convém destacar que as recuperações deste trecho, bem como as perdas de arrecadação são passíveis de reembolso pelos seguros firmados pela Concessionária.

No dia 27 de junho de 2016, a Concessionária inaugurou o Contorno de Piracicaba, trazendo desenvolvimento e fluidez de tráfego para região.

Como evento subsequente, destaca-se o reajuste das tarifas de pedágio em 100% do IPCA, ocorrido em 01/07/2016, além da reclassificação tarifária do pedágio de Rio das Pedras resultado da conclusão do primeiro trecho de duplicação da SP-308.



Tráfego

No primeiro semestre de 2016 o volume de tráfego sofreu uma redução de 6,47% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio sofreu redução de 4,97%, enquanto comerciais leves e pesados recuaram em 11,47% e 10,77% respectivamente.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2016*	2015*	Variação
Passeio	9.539.849	10.038.967	-4,97%
Comercial Leve	1.605.411	1.813.332	-11,47%
Comercial Pesado	1.238.662	1.388.106	-10,77%
Total	12.383.922	13.240.405	-6,47%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Junho.

Em 2016 o volume de tráfego de eixos equivalentes sofreu uma redução de 8,76% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio sofreu redução de 5,01%, enquanto comerciais leves e pesados recuou em 11,85% e 11,54% respectivamente.

>> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2016*	2015*	Variação
Passeio	9.393.547	9.889.320	-5,01%
Comercial Leve	4.007.863	4.546.456	-11,85%
Comercial Pesado	7.354.700	8.314.142	-11,54%
Total	20.756.110	22.749.918	-8,76%

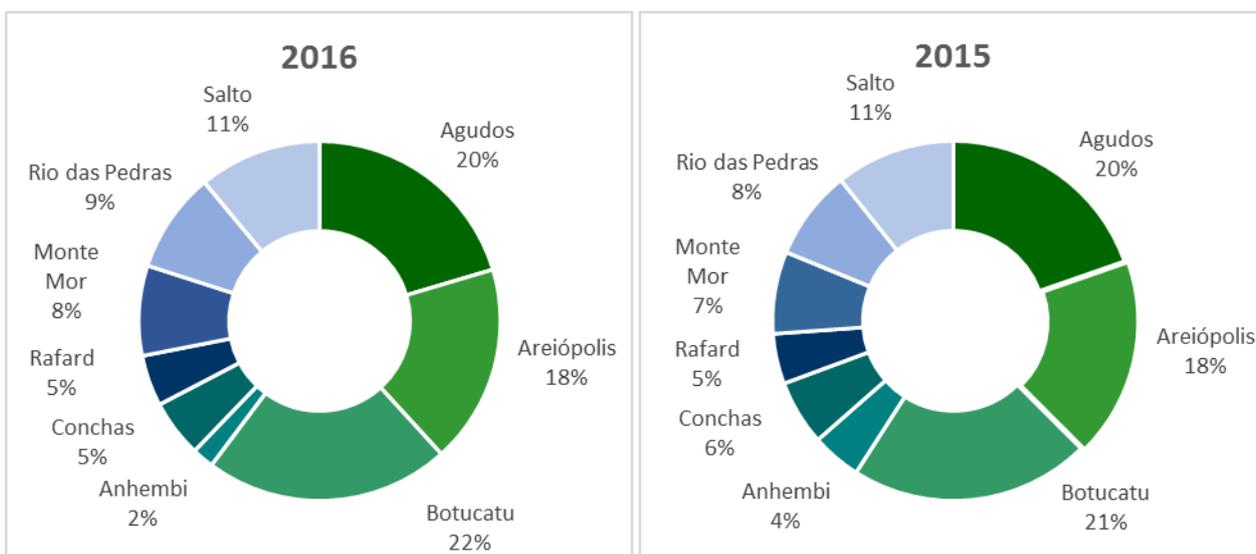
*Volume acumulado do período de Janeiro à Junho.



Tráfego

>> Tráfego por praça

O corredor de exportação localizado na SP 300 composto pelas praças de pedágio de Agudos, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 60% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 40% da receita.





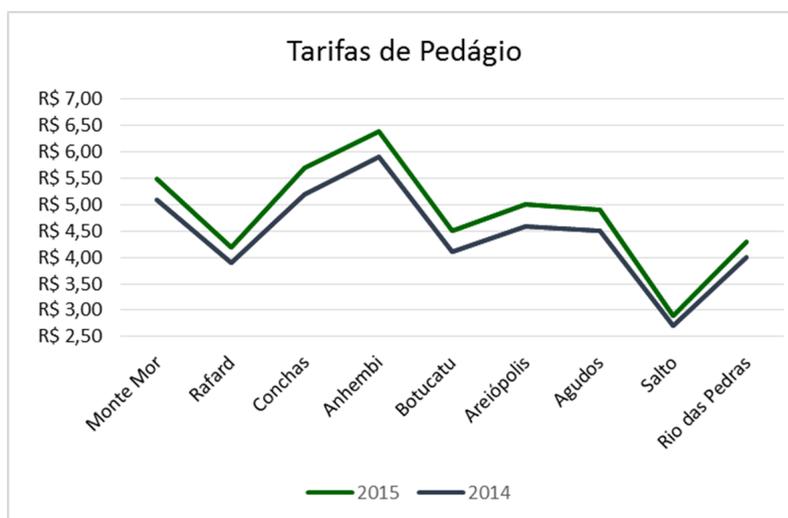
Tráfego

>> Tarifas de Pedágio

Em Julho de 2015 houve reajuste das tarifas de pedágio em 8,47% em linha com o IPCA divulgado pelo IBGE.

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente é de R\$ 4,82, contra R\$ 4,44 em 2014.

Praça de pedágio	2015/2016	2014/2015
Monte Mor	R\$ 5,50	R\$ 5,10
Rafard	R\$ 4,20	R\$ 3,90
Conchas	R\$ 5,70	R\$ 5,20
Anhembi	R\$ 6,40	R\$ 5,90
Botucatu	R\$ 4,50	R\$ 4,10
Areiópolis	R\$ 5,00	R\$ 4,60
Agudos	R\$ 4,90	R\$ 4,50
Salto	R\$ 2,90	R\$ 2,70
Rio das Pedras	R\$ 4,30	R\$ 4,00
Tarifa Média	R\$ 4,82	R\$ 4,44





Receitas

Receitas (em R\$ mil)	2016*	2015*	Varição
Receitas de Pedágio	95.333	97.631	-2,35%
Receitas Acessórias	3.645	3.284	10,99%
Impostos sobre Receitas	(9.635)	(8.740)	10,24%
Receitas Operacionais	89.343	92.175	-3,07%
Receitas de Construção	20.605	26.967	-23,59%
TOTAL	109.948	119.140	-7,72%

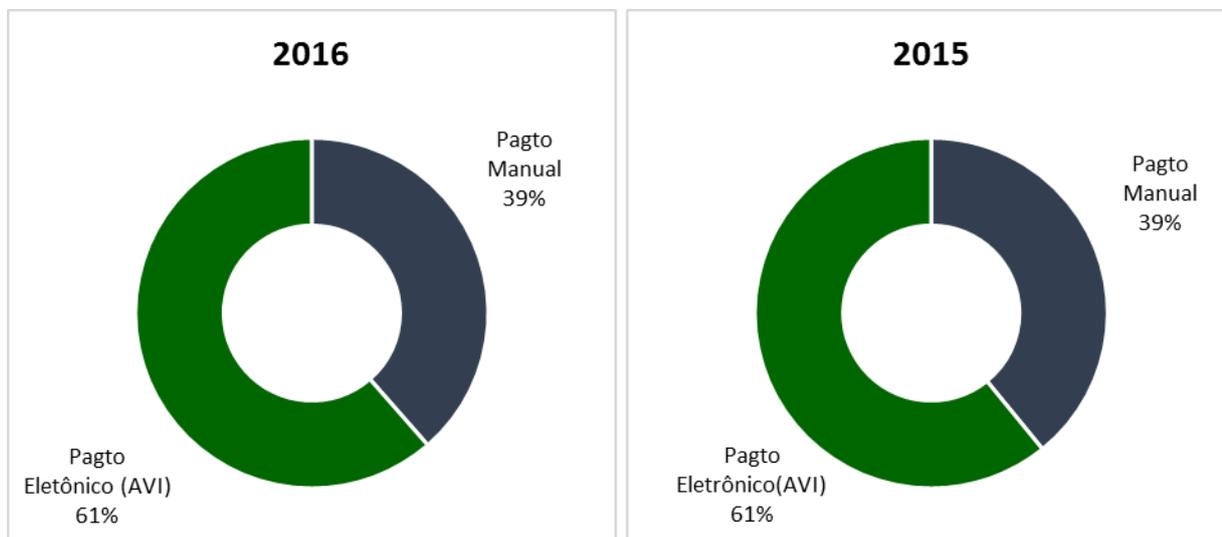
*Saldo acumulado do período de Janeiro à Junho.

A Concessionária obteve, no 1º semestre de 2016, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 95.333 mil (R\$ 97.631 mil no mesmo período de 2015). Arrecadou, também, R\$ 3.645 mil (R\$ 3.284 mil em 2015) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISS (5%), PIS (0,65%) e COFINS (3%) totalizando R\$ 9.635 mil no período (R\$ 8.740 mil no ano anterior).

Cabe destacar que os valores a receber do seguro pela queda na Serra de Botucatu estão contabilizadas em Outras Receitas Operacionais, conforme demonstrações financeiras e não consideradas neste quadro.

Além disso, atendendo às novas Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$ 20.605 mil de receita de construção contra R\$ 26.967 mil em 2015 com contrapartida nos custos de construção.

>> Formas de Pagamento





Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem os dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, gastos com pessoal e o custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2016*	2015*	Variação
Com pessoal	(7.492)	(7.454)	0,51%
Ônus variável da concessão	(1.618)	(1.543)	4,86%
Manutenção e conservação	(11.104)	(26.081)	-57,42%
Seguros e garantias	(1.198)	(1.403)	-14,61%
Honorários da administração	(659)	(1.014)	-35,01%
Outros	(1.946)	(2.900)	-32,90%
Provisão para demandas judiciais	117	-	100%
Subtotal	(23.900)	(40.395)	-40,83%
Depreciação e amortização	(6.906)	(11.225)	-38,48%
Custo dos serviços de construção	(20.605)	(26.967)	-23,59%
Serviços de manutenção em rodovias	1.946	(12.141)	-116,03%
Total	(49.465)	(90.728)	-45,48%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Junho

No 1º semestre de 2016, houve redução de 45,48% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 90.728 mil em 2015 para R\$ 49.465 mil em 2016. As principais variações foram:

- ⇒ Despesas de pessoal e honorários da administração: resultado da reestruturação interna implantada em dezembro de 2015;
- ⇒ Manutenção e Conservação: reversão de cauções (R\$ 8 milhões), renegociação de contratos com fornecedores (R\$ 2 milhões) e custos esporádicos de manutenção que ocorreram no primeiro semestre de 2015 (R\$ 5 milhões);
- ⇒ Depreciação e Amortização: devido à revisão da curva de tráfego que é base para o cálculo das amortizações e depreciações
- ⇒ Serviços de manutenção de rodovias: revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura.



EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado para melhor refletir a geração de caixa da Companhia, ou seja, com a exclusão das provisões para manutenções futuras exigida pelas novas práticas contábeis.

EBITDA (em R\$ mil)	2016	2015	Variação
Resultado Líquido do Período	(21.263)	(55.620)	-61,77%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(10.865)	(27.921)	-61,09%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	101.622	111.976	-9,25%
(+/-) Depreciação e Amortização	6.906	11.225	-38,48%
EBITDA	76.400	39.660	92,64%
(+/-) Provisão para Manutenções Futuras	(1.946)	12.141	-116,03%
EBITDA AJUSTADO (a)	74.454	51.801	43,73%
Receitas Operacionais (b)	89.343	92.175	-3,07%
MARGEM EBITDA AJUSTADO (a/b)	83,34%	56,20%	27,14 p.p

*Volume acumulado do período de Janeiro à Junho.

No ano de 2016, houve aumento de 43,73% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 51.801 mil em 2015 para R\$ 74.454 mil em 2016, principalmente pelas variações nos custos operacionais, detalhados na página anterior.

Já a margem EBITDA teve um aumento de 27,14 p.p., resultado do maior EBITDA, compensando a queda nas receitas ocasionadas, principalmente, pelo acidente na Serra de Botucatu. Cabe destacar que os valores a receber do seguro pela queda na Serra de Botucatu estão contabilizadas em Outras Receitas Operacionais, conforme demonstrações financeiras e não foram consideradas nas Receitas Operacionais para cálculo da Margem Ebitda.



Resultado Financeiro

O resultado financeiro de 2016, comparado ao de 2015, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2016*	2015*	Variação
Debêntures	(114.214)	(119.288)	-4,25%
Mútuo	(6.941)	(5.363)	29,42%
Outras Despesas Financeiras	(1.228)	(1.727)	-28,89%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(122.383)	(126.378)	-3,16%
Receitas Financeiras	20.761	14.402	44,15%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(101.622)	(111.976)	-9,25%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Março.

No 1º trimestre de 2016, houve redução de 9,25% no Resultado Financeiro que passou de R\$ 111.976 mil em 2015 para R\$ 101.622 mil em 2016. As principais variações foram:

- ⇒ Debêntures: menor IPCA incidente sobre o principal;
- ⇒ Receitas Financeiras: Maior CDI sobre aplicações financeiras (R\$ 2 milhões) e atualização de impostos a recuperar pela SELIC (R\$ 4 milhões).



Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Foram também realizados simultaneamente esforços de colocação das debêntures: (1) nos Estados Unidos da América em operações isentas de registro nos termos da U.S. Securities Act of 1933 para compradores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A editada pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos (“SEC”); e (2) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídas de acordo com as leis daquele país, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na Regulation S, editada pela SEC no âmbito do Securities Act.

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros anuais de 8% e o prazo de vigência de 15 (quinze) anos contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, porém com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros são pagos semestralmente. Já foram realizados cinco pagamentos, em 15 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 43.653 mil, em 15 de junho de 2014, no montante de R\$ 43.365 mil, em 15 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 46.517 mil, em 15 de junho de 2015, no montante de R\$ 46.650 mil, em 14 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 50.981 mil e em 14 de junho de 2016, no montante de R\$ 51.851 mil.



Debêntures

Em 17 de Dezembro de 2015 foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) para deliberar sobre a dispensa do cumprimento dos seguintes Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 4.16.3, item “m”, subitens “i” e “ii” da Escritura de Emissão:

- i) Índice de Cobertura do Serviços da Dívida (“ICSD”), conforme fórmula descrita no Anexo I da Escritura, para os seguintes períodos: (a) o período findo em 30 de junho de 2016; e (b) o período findo em 31 de dezembro de 2016; e
- ii) Relação entre Dívida Financeira (conforme definido na Escritura) e Capital Total (conforme definido na Escritura), para os seguintes períodos: (a) o período findo em 31 de dezembro de 2015; (b) o período findo em 30 de junho de 2016; e (c) o período findo em 31 de dezembro de 2016.

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016 foram aprovados os seguintes condicionantes:

- i) Da relação entre Dívida Financeira e Capital Total em até 90/10; e
- ii) Do ICSD igual ou superior a 1,0 (um inteiro), conforme a fórmula descrita no Anexo I da Escritura de Emissão.

Além disso, a Companhia pagou aos titulares das Debêntures um prêmio flat de 0,55% sobre o saldo do valor nominal unitário atualizado na data de realização da AGD.

Período	ICSD	D/E—Dívida / Patrimônio Líquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	1,82	Não medido
Junho/2016	1,36	89,35/10,65



Obras e Investimentos

Contorno de Piracicaba



Com início em abril de 2011, e conclusão no segundo trimestre de 2016, o Contorno de Piracicaba inseriu o município em uma nova e importante realidade, já que era uma mudança esperada há mais de 20 anos pela população. Com 9 quilômetros de extensão, a obra melhorou significativamente o tráfego na região já que parte dos caminhões tem outra opção de trajeto por fora do município. A mudança facilitou, também, o escoamento de produções, além de aumentar a fluidez dos veículos da cidade.

O valor investido na obra foi de R\$ 110 milhões, interligando a SP-308 (Rodovia do Açúcar – Salto a Piracicaba) com a SP-304 (Rodovia Luíz de Queiroz - Piracicaba a Americana) e SP-127 (Rodovia Cornélio Pires – Piracicaba a Rio Claro), passando pela SP-147 (Rodovia Deputado Laércio Cortes – Piracicaba a Limeira).



Balanço Patrimonial

Ativo	30/06/2016	31/12/2015
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	18.797	39.512
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	7.510	27.842
Contas a receber (Nota 6)	16.607	18.342
Despesas antecipadas	557	1.569
Impostos a recuperar (Nota 7)	9.848	273
Outros ativos (Nota 8)	6.632	1.362
	59.951	88.900
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	209.325	182.058
Impostos a recuperar (Nota 7)	16.060	18.841
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas 8.a)	109.495	98.630
Despesas antecipadas	343	400
Depósitos Judiciais	5.852	876
Outros ativos (Nota 8)	2.998	-
Imobilizado (Nota 10)	11.067	11.265
Intangível (Nota 11)	1.128.566	1.110.845
	1.483.706	1.422.915
Total do ativo	1.543.657	1.511.815



Balanço Patrimonial

Passivo	30/06/2016	31/12/2015
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços	19.173	32.551
Debêntures (Nota 14)	4.529	4.324
Credor pela concessão	258	287
Obrigações tributárias	2.007	2.647
Obrigações trabalhistas	3.026	3.548
Provisões (Nota 13)	1.702	1.500
Outros passivos	229	229
	30.924	45.086
Não circulante		
Provisões (Nota 13)	77.230	79.293
Debêntures (Nota 14)	1.280.241	1.217.714
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	81.289	74.348
Outros passivos	2.125	2.263
Total do patrimônio líquido	1.440.885	1.373.618
Total do passivo	1.471.809	1.418.704
Patrimônio líquido		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(231.730)	(210.467)
Total do patrimônio líquido	71.848	93.111
Total do passivo e patrimônio líquido	1.543.657	1.511.815



Demonstrações dos Resultados

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	30/06/2016	30/06/2015
Receita operacional líquida (Nota 16)	109.948	119.140
Custos dos serviços prestados (Nota 17)	(44.658)	(84.837)
Lucro bruto	65.290	34.303
Despesas e receitas operacionais:	(4.807)	(5.891)
Gerais e administrativas (Nota 17)	9.011	23
Outras receitas operacionais, líquidas	4.204	(5.868)
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	69.494	28.435
Despesas financeiras (Nota 18)	(122.383)	(126.378)
Receitas financeiras (Nota 18)	20.761	14.402
	(101.622)	(111.976)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(32.128)	(83.541)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9.b)	10.865	27.921
Prejuízo do período	(21.263)	(55.620)
Prejuízo básico e diluído pro ação- em R\$ (Nota 20)	(0,000700)	(0,002235)



Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	30/06/2016	30/06/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(21.263)	(55.620)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.865)	(27.921)
Depreciação e amortização	6.906	11.225
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias	202	255
Juros e variações monetárias	114.214	119.288
Rendimento de aplicação financeira	(14.352)	(14.367)
Valor residual do ativo imobilizado baixado	108	-
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	6.941	5.363
Provisão contingências cíveis	(117)	-
Provisão para manutenção em rodovias	(1.946)	12.141
	79.828	50.364
Variação nas contas de ativo:		
Contas a receber	1.735	552
Despesas antecipadas	1.069	1.044
Tributos a recuperar	(6.794)	(2.367)
Depósitos Judiciais	(4.976)	-
Outros ativos	(8.268)	(370)
Variação nas contas de passivo:		
Fornecedores e prestadores de serviços	(13.378)	(12.267)
Credor pela concessão - ônus variável	(29)	(28)
Obrigações tributárias	(640)	83
Obrigações trabalhistas	(522)	184
Outros passivos	(138)	(114)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	47.887	36.721
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira	-	(199)
Resgate de aplicações financeiras	7.417	45.819
Investimentos no ativo imobilizado	(776)	(1.889)
Investimentos no ativo intangível	(23.761)	(28.465)
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de investimento	(17.120)	(15.266)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	-
Pagamento de empréstimo (principal)	-	55.000
Pagamento de juros sobre financiamentos e debêntures	(51.482)	(48.084)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(51.482)	6.916
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	(20.715)	58.903
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	39.512	11.966
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	18.797	70.869



Responsabilidade Socioambiental

A responsabilidade social da Rodovias do Tietê está ligada a sua contribuição para orientar usuários e comunidade sobre regras de trânsito, condutas éticas e de respeito ao próximo e a preservação do meio ambiente.

A empresa realiza programas e ações educativas sobre as melhores condutas de respeito no trânsito. Tem um Programa de Redução de Acidentes (PRA) e diversas campanhas institucionais que trabalham o tema. Abaixo alguns exemplos:



Doação de Sangue

A ação de doação de sangue acontece no começo do ano e alguns colaboradores participam. Geralmente nesse período a procura por sangue nos bancos de coleta é maior devido o período ser mais recorrentes à acidentes.



Café na Passarela

A ação do programa educativo “Café na Passarela” é realizado pela equipe da Concessionária Rodovias do Tietê e integra o PRA – Programa de Redução de Acidentes. Os pedestres que passam pelas passarelas das rodovias são recepcionados com um cafezinho e um desjejum pela equipe de operações da Concessionária.

Esta atividade convida os pedestres fazer o uso das passarelas e alertar os riscos de acidentes e mortes por atropelamento nas pistas. Também são entregues materiais educativos sobre travessia segura. A ação foi iniciada no mês de Abril.



Projeto Rodovia Mirim

A iniciativa tem o objetivo de conscientizar as crianças sobre a importância do trânsito seguro, afim de colaborar com a formação responsável de futuros condutores. Entre as atividades teve a mostra do funcionamento da ambulância, demonstração de procedimentos de resgate feitos pela equipe da concessionária e palestras.



Preservação do Meio Ambiente



A Rodovias do Tietê distribuiu sementes de Ipê Amarelo e de Crotalária nas praças de pedágio de Salto e Botucatu em comemoração ao dia do meio ambiente e para incentivar os usuários preservar a natureza. Além de mostrar como o meio ambiente é muito importante para todos nós, o objetivo da campanha de doação das sementes de Crotalária também visa combater o mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor da dengue, zika e chikungunya.

Maio Amarelo



O foco da campanha Maio Amarelo é chamar a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito no mundo todo. Por esta razão, a Rodovias do Tietê esteve presente no evento, para conscientizar as pessoas que atitudes que podem parecer rotineiras ou de pouca relevância são responsáveis por acidentes gravíssimos.

Palestra



A equipe da Concessionária ministrou palestras educativas para os colaboradores da empresa Ajinomoto com o objetivo de mostrar a importância do trânsito seguro. A ação chamou muito a atenção de ouvintes que sanaram suas dúvidas em relação ao Código de Trânsito Brasileiro.

Mensagens de Conscientização



A Rodovias do Tietê divulgou durante todo o mês de julho mensagens em seus PMVs (Painel de Mensagem Variável) em incentivo à redução de acidentes nas rodovias. Trata-se da Campanha Educativa da ANFAEVA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), em parceria com a Artesp.

O foco da iniciativa é a conscientização sobre os riscos de utilização do celular ao volante, da importância do uso de segurança nos bancos dianteiros e traseiros e o uso do farol baixo durante o dia.



Relacionamento com o Auditor

No período findo em 30/06/2016, a Concessionária contratou a Ernst Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) para a realização de outros trabalhos relacionados a compliance, mas que não afetaram a independência e objetividade da EY para auditar e revisar as informações trimestrais (ITR’s) relativas ao exercício de 2016.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), Km 108 + 600 metros, cidade de Salto, SP e iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”). A Companhia tem suas ações negociadas na BM&F BOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e,
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 30 de junho de 2016, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$919 milhões (R\$2.376 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Aprovação das informações financeiras intermediárias

A apresentação das informações financeiras intermediárias foi aprovada em 12 de agosto de 2016.

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação

As informações financeiras intermediárias da Companhia, inclusive notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações financeiras intermediárias da Companhia para os períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015 foram elaboradas de acordo o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas às informações financeiras intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Consequentemente, as presentes informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

As informações financeiras intermediárias da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) em suas informações financeiras intermediárias, enquanto que para fins de IFRS tal demonstração é apresentada como informação suplementar.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis-- Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na preparação das informações financeiras intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de junho de 2016.

Normas, alterações e interpretações de normas

No período findo em 30 de junho de 2016, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas além daquelas divulgadas na Nota 2.13 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como não ocorreram alterações em relação aos impactos esperados e divulgados nas referidas demonstrações financeiras que possam afetar as informações financeiras intermediárias do referido período.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e premissas consideradas na preparação das informações financeiras intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Disponibilidades		
Aplicações financeiras	5.071	222
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (i)	13.725	39.290
	18.797	39.512

(i) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com possibilidade de resgate imediato sem mudança significativa de valor, remunerados com base em percentuais diários da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

5. Aplicações financeiras vinculadas

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante	7.510	27.842
Não circulante	209.325	182.058
	<u>216.835</u>	<u>209.900</u>

A Companhia mantém essas aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (nota 14). Estas aplicações são remuneradas a 103% do CDI.

6. Contas a receber

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pedágio eletrônico a receber	13.148	12.299
Cartões de pedágio a receber	584	639
Receitas acessórias	2.705	4.934
Valores em trânsito	170	471
	<u>16.607</u>	<u>18.342</u>

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com esses recebíveis em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015. Os valores a receber vencem em até 45 dias e não há créditos em atraso.

7. Impostos a recuperar

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	25.441	18.841
PIS e COFINS a recuperar	45	45
ISSQN a recuperar	55	64
Outros impostos a recuperar	367	164
	<u>25.908</u>	<u>19.114</u>
Circulante	9.848	273
Não circulante	16.060	18.841
	<u>25.908</u>	<u>19.114</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

8. Outros ativos

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Sinistros de seguros (i)	5.861	-
Outras contas a receber	2.998	-
Adiantamentos	771	1.362
	<u>9.630</u>	<u>2.239</u>
Circulante	6.632	2.239
Não circulante	2.998	-
	<u>9.630</u>	<u>2.239</u>

(i) Em junho de 2016 a Companhia registrou o montante de R\$5.861 de sinistro de seguro referente a perda de arrecadação das praças de pedágio devido a interdição da SP 300 no trecho de Botucatu e Anhembi após o deslizamento da serra e bloqueio da rodovia em janeiro de 2016. Na apólice de seguro de riscos operacionais contratada pela Companhia há a cobertura de perda de receita de arrecadação devido a danos na malha rodoviária, com cobertura de até R\$17.300.

9. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro seja suficiente para deduzir todas as diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com impostos diferidos é reconhecida no resultado do exercício, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido; nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

9. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

a) *Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão compostos como segue:

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	113.811	101.549
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	333	1.392
Provisão para participação nos lucros	-	458
Outras provisões	465	-
Provisão para manutenção de rodovias	23.883	24.545
Provisão para investimentos em rodovias	1.602	2.951
Diferenças sobre imobilizado e intangível, líquida	4.670	-
	<u>144.764</u>	<u>132.428</u>
Passivo:		
Ajustes referentes à adoção da Lei 12.973:		
Amortização - curva de tráfego (i)	(35.269)	(33.798)
	<u>(35.269)</u>	<u>(33.798)</u>
Líquido	<u>109.495</u>	<u>98.630</u>

(ii) Refere-se aos tributos diferidos passivos, acumulados até 31 de dezembro de 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Em 30 de junho de 2016, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$334.738 (R\$298.674 em 31 de dezembro de 2015). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

9. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

a) *Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação*

Baseada em estudo técnico, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos fiscais diferidos registrados em 30 de junho de 2016 nos seguintes exercícios sociais:

	<u>30/06/2016</u>
2017	11.335
2018	11.557
2019	9.144
2020	10.714
2021	14.623
2022	20.202
2023	25.714
2024	29.390
2025	13.122
	<u>144.764</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

b) *Imposto de renda e contribuição social no resultado do período*

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(32.128)	(83.541)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	10.924	28.404
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Diferenças permanentes	(59)	(483)
Imposto de renda e contribuição social diferido no resultado do período	10.865	27.921
Alíquota efetiva	34%	33%

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas a seguir, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	30/06/2016			31/12/2015
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	906	(348)	558	567
Equipamentos de informática	20	4.254	(3.107)	1.147	1.373
Equipamentos de telefonia	20	202	(188)	14	28
Terrenos	-	377	-	377	84
Edifícios	3,8	6.380	(893)	5.487	5.615
Automóveis/caminhões	5	2.384	(969)	1.415	1.563
Outros	10 a 20	3.033	(964)	2.069	2.035
		17.536	(6.469)	11.067	11.265

O ativo imobilizado registrado não está vinculado ao contrato de concessão.

b) Movimentação

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2016			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Custo				
Móveis e utensílios	871	35	-	906
Equipamentos de informática	4.207	47	-	4.254
Equipamentos de telefonia	197	5	-	202
Terrenos	84	293	-	377
Edifícios	6.380	-	-	6.380
Automóveis/caminhões	2.221	100	(185)	2.136
Outros	2.985	296	-	3.281
	16.945	776	(185)	17.536
Depreciação				
Móveis e utensílios	(304)	(44)	-	(348)
Equipamentos de informática	(2.834)	(273)	-	(3.107)
Equipamentos de telefonia comercial	(169)	(19)	-	(188)
Edifícios	(765)	(128)	-	(893)
Automóveis/caminhões	(658)	(202)	77	(783)
Outros	(950)	(200)	-	(1.150)
	(5.680)	(866)	77	(6.469)
Líquido	11.265	(90)	(108)	11.067

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação--Continuação

	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2015		
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Custo			
Móveis e utensílios	726	15	741
Equipamentos de informática	3.483	638	4.121
Equipamentos de telefonia	197	-	197
Terrenos	84	-	84
Edifícios	6.380	-	6.380
Automóveis	1.878	307	2.185
Outros	1.886	929	2.815
	14.634	1.889	16.523
Depreciação			
Móveis e utensílios	(227)	(37)	(264)
Equipamentos de informática	(2.293)	(263)	(2.556)
Equipamentos de telefonia	(131)	(19)	(150)
Edifícios	(510)	(128)	(638)
Automóveis	(238)	(197)	(435)
Outros	(620)	(153)	(774)
	(4.019)	(797)	(4.816)
Líquido	10.615	1.092	11.707

11. Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços, a Companhia recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os encargos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros no ativo.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

11. Intangível--Continuação

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

a) Composição

		30/06/2016		31/12/2015	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de outorga da concessão	(i)	542.244	(66.288)	475.956	478.578
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(ii)	149.974	(15.361)	134.613	132.540
Serviços de construção - obras concluídas	(iii)	504.253	(18.300)	485.953	383.649
Serviços de construção - em andamento	(iii)	21.777	-	21.777	105.598
Outros	(iv)	7.434	(845)	6.589	6.623
Direito de uso de software		6.061	(2.383)	3.678	3.857
		1.231.743	(103.177)	1.128.566	1.110.845

- (i) Refere-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente.
- (ii) Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota 13.b).
- (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados, sendo as principais obras em andamento o Contorno de Piracicaba e o Contorno de Maristela cuja provisão de conclusão é em dezembro de 2016.
- (iv) Refere-se aos investimentos programados, até o final da concessão, que não geram receitas adicionais. Originalmente a Companhia reconheceu esses investimentos, a valor presente, acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos, em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

11. Intangível--Continuação**b) Movimentação**

		Período de seis meses findo em 30 de junho de 2016			
		Saldo inicial	Adições	Transferências	Saldo final
Custo					
Direito de outorga da concessão		542.244	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão		147.170	2.804	-	149.974
Serviços de construção - obras concluídas		399.827	10.267	94.159	504.253
Serviços de construção - em andamento		105.598	10.338	(94.159)	21.777
Outros		7.434	-	-	7.434
Direito de uso de software		5.709	352	-	6.061
		1.207.982	23.761	-	1.231.743
Taxa Anual de Amortização					
Amortização					
Direito de outorga da concessão	(*)	(63.666)	(2.622)	-	(66.288)
Direito de exploração da infraestrutura		-	-	-	
Gastos iniciais da concessão	(*)	(14.630)	(731)	-	(15.361)
Serviços de construção - obras concluídas	(*)	(16.178)	(2.122)	-	(18.300)
Outros	(*)	(811)	(34)	-	(845)
Direito de uso de software	20%	(1.852)	(531)	-	(2.383)
		(97.137)	(6.040)	-	(103.177)
Líquido		1.110.845	17.721	-	1.128.566

(*) Amortização efetuada pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão.

		Período de seis meses findo em 30 de junho de 2015		
		Saldo inicial	Adições	Saldo final
Custo				
Direito de outorga da concessão		542.244	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura				
Gastos iniciais da concessão		140.403	861	141.264
Serviços de construção - obras concluídas		224.569	2.560	227.129
Serviços de construção - em andamento		222.702	24.423	247.125
Outros		7.434	-	7.434
Direito de uso de software		3.008	1.711	4.719
		1.140.360	29.555	1.169.915
Taxa Anual de Amortização				
Amortização				
Direito de outorga da concessão	(i)	(51.994)	(5.871)	(57.865)
Direito de exploração da infraestrutura				
Gastos iniciais da concessão	(i)	(11.525)	(1.549)	(13.074)
Serviços de construção - obras concluídas	(i)	(10.362)	(2.588)	(12.950)
Outros	(i)	(649)	(81)	(730)
Direito de uso de software	20%	(1.032)	(339)	(1.371)
		(75.562)	(10.428)	(85.990)
Líquido		1.064.798	19.127	1.083.925

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

11. Intangível--Continuação

b) Movimentação--Continuação

A amortização dos ativos intangíveis é calculada de acordo com a curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, exceto pelo direito de uso de software, calculado pela vida útil.

c) Custo de empréstimos e financiamentos capitalizados

No período findo em 30 de junho de 2016, a Companhia capitalizou custos de empréstimo diretamente relacionados com a construção das obras em infraestrutura no montante de R\$326 (R\$1.090 em 30 de junho de 2015). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo elegíveis de capitalização, em 30 de junho de 2016, foi de 1,58%, que representa a taxa efetiva de juros das debêntures no período, líquida da receita financeira auferida pelo investimento temporário desses recursos.

12. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

Nos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Remuneração fixa (1)	659	664
Remuneração variável (2)	-	350
	<u>659</u>	<u>1.014</u>

(1) Incluem salários e honorários da Administração, férias e 13º salário.

(2) Referem-se à participação nos resultados, mencionada na Nota 19.

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na Nota 19.

b) Mútuos a pagar

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Mútuos a pagar</u>	
			<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
AB Concessões	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	73.677	67.394
Ascendi International Holding B.V.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	7.612	6.954
			<u>81.289</u>	<u>74.348</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

12. Partes relacionadas--Continuação

b) Mútuos a pagar--Continuação

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores, e são remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), acrescida de 0,5% ao mês. O pagamento desses mútuos só poderá ser efetuado após a quitação dos financiamentos bancários e das debentures.

13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Provisão para demandas judiciais	3.976	4.093
Provisão para investimentos em rodovias	4.712	4.510
Provisão para manutenção em rodovias	<u>70.244</u>	<u>72.190</u>
	<u>78.932</u>	80.793
Circulante	<u>(1.702)</u>	<u>(1.500)</u>
Não circulante	<u>77.230</u>	<u>79.293</u>

a) Provisão para demandas judiciais

As contingências trabalhistas em 30 de junho de 2016 em R\$267 (R\$267 em 31 de dezembro de 2015) referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

As contingências cíveis em 30 de junho de 2016 em R\$3.709 (R\$3.826 em 31 de dezembro de 2015) referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias que a Companhia opera.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

13. Provisões--Continuação

a) Provisão para demandas judiciais--Continuação

Adicionalmente, em 30 de junho de 2016, a Companhia possui o equivalente a R\$11.456 (R\$5.482 em 31 de dezembro de 2015) de causas trabalhistas, R\$30.862 (R\$29.609 em 31 de dezembro de 2015) de causas cíveis, e R\$61.455 (R\$49,736 em 31 de dezembro de 2015) de processos administrativos com a ARTESP, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas informações financeiras intermediárias.

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos nos períodos foi como segue:

	Saldo inicial	Atualização monetária	Saldo final
Provisão para investimentos	4.510	202	4.712
	4.510	202	4.712

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

Ano de execução	30/06/2016
2017	1.702
2018	3.010
	4.712

c) Provisão para manutenção em rodovias

	Período findo em 30 de junho de 2016			
	Saldo inicial	Adição	Reversão	Saldo final
Provisão para manutenção	93.829	20.193	(28.948)	85.073
Ajuste valor presente (AVP)	(21.639)	(4.585)	11.394	(14.829)
Saldo	72.190	15.608	(17.554)	70.244

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

13. Provisões--Continuação

c) Provisão para manutenção em rodovias--Continuação

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada 5 anos), sinalização de rodovias (a cada 8 anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>30/06/2016</u>
2017	24.117
2018	29.011
2019	14.010
2020	2.673
2021	288
2022	-
2023	156
2024	49
	<u>70.244</u>

14. Debêntures

a) Descrição da operação

<u>Debêntures não conversíveis</u>	<u>Principal R\$</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Títulos em circulação</u>	<u>Prêmio</u>	<u>Encargos financeiros</u>
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Principal corrigido pelo IPCA	1.345.777	1.284.951
Remuneração (juros a pagar)	4.529	4.324
Custo com emissão a apropriar	(65.536)	(67.237)
	<u>1.284.770</u>	<u>1.222.038</u>
Circulante	(4.529)	(4.324)
Não circulante	<u>1.280.241</u>	<u>1.217.714</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

14. Debêntures--Continuação

a) Descrição da operação--Continuação

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não são conversíveis em ações, e são da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. Estão previstas amortizações semestrais do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros serão pagos semestralmente.

b) Claúsulas restritivas

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures possuem cláusulas restritivas, as quais estão sendo devidamente acompanhadas e vêm sendo atingidas pela Companhia.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital social é de R\$303.578 está representado por 30.357.847.596 em ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações	
		30/06/2016	31/12/2015
Atlantia Bertin Concessões S.A.	50,00%	15.178.923.798	15.178.923.798
Ascendi International Holding B.V.	50,00%	15.178.923.798	15.178.923.798
		30.357.847.596	30.357.847.596

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital autorizado da Companhia era de R\$303.578.

O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

b) Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

16. Receita operacional líquida

A receita é apurada em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, sendo mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços prestados.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver o reconhecimento de receita:

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

Consequentemente, essas receitas variam de acordo com os investimentos efetuados pela Companhia para cumprir com os compromissos assumidos pela concessão. A margem de construção praticada pela Companhia é zero.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

16. Receita operacional líquida--ContinuaçãoImpostos sobre vendas--Continuação

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços - ISS (de 2% a 5%), Programa de Integração Social - PIS (0,65%) cumulativo e (1,65%) não cumulativo e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%) cumulativo e (7,6%) não cumulativo.

	30/06/2016	30/06/2015
Receita com arrecadação de pedágio	95.333	97.631
Receita de serviços de construção	20.605	26.967
Receitas acessórias	3.645	3.284
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(9.635)	(8.740)
	109.948	119.140

17. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	30/06/2016	30/06/2015
Com pessoal	(7.492)	(7.454)
Depreciação e amortização	(6.906)	(11.225)
Ônus variável da concessão	(1.618)	(1.543)
Custo de serviços de manutenção e conservação	(11.104)	(26.081)
Custo dos serviços de construção	(20.605)	(26.967)
Serviços de manutenção em rodovias (Nota 13.c)	1.946	(12.141)
Provisão para demandas judiciais	117	-
Seguros e garantias	(1.198)	(1.403)
Honorários da Administração (Nota 12.a)	(659)	(1.014)
Outros	(1.946)	(2.900)
	(49.465)	(90.728)
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(44.658)	(84.837)
Despesas gerais e administrativas	(4.807)	(5.891)
	(49.465)	(90.728)

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

18. Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	30/06/2016	30/06/2015
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre financiamentos ou debêntures	(114.214)	(119.288)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 12.b)	(6.941)	(5.363)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias	(202)	(255)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(19)	(8)
Outras	(1.007)	(1.464)
	(122.383)	(126.378)
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	16.694	14.367
Atualização de impostos a recuperar	4.055	-
Outras	12	35
	20.761	14.402
Resultado financeiro	(101.622)	(111.976)

19. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	30/06/2016	30/06/2015
Salários e encargos sociais	6.257	6.750
Benefícios previstos em lei	778	731
Benefícios adicionais (a)	1.116	987
	8.151	8.468

(a) Refere-se à assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

20. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Numerador:		
Prejuízo do período	<u>(21.263)</u>	<u>(55.620)</u>
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	<u>30.357.847.596</u>	<u>24.888.403.152</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(0,000700)	(0,002235)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações financeiras intermediárias.

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 30 de junho de 2016, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

a) Risco de mercado--Continuação

Risco de taxa de juros--Continuação

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- CDI - taxa de 14,03% ao ano, observada no fechamento de 30 de junho de 2016, divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), que no entender da administração seriam estáveis no próximo ano.
- IPCA - variação de 8,84% nos 12 meses, observada no fechamento de 30 de junho de 2016, divulgada pela BM&FBovespa.

Passivo financeiro	Risco	Cenário I estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	11.405	14.256	17.107
Debêntures	Aumento do IPCA	216.355	244.749	273.142

Passivo financeiro	Risco	Cenário I estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	7.527	9.409	11.291
Debêntures	Aumento do IPCA	142.794	161.534	180.274

Ativo financeiro	Risco	Cenário I estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	30.422	22.816	15.211

Ativo financeiro	Risco	Cenário I estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	20.078	15.059	10.039

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b) Risco de crédito--Continuação

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está registrado na rubrica contas a receber, no balanço patrimonial.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está registrado nas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa” e “Aplicações financeiras vinculadas”, no balanço patrimonial.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez--Continuação

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de junho de 2016 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 04 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	19.173		-	19.173
Debêntures	4.529		1.280.241	1.284.770
Credor pela concessão	258		-	258
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	-		81.289	81.289
Total	23.960		1.361.530	1.385.490

d) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	30/06/2016	31/12/2015
Mútuos a pagar a partes relacionadas	81.289	74.348
Debêntures	1.284.770	1.222.038
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(18.797)	(39.512)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(216.835)	(209.900)
Dívida líquida	1.130.427	1.046.974
Patrimônio líquido	71.848	93.111
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.202.275	1.140.085

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

22. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se do seu valor contábil a exceção das debêntures, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir.

	30 de junho de 2016	
	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros	1.350.306	1.244.479
Debêntures (Nota 14) (i)		
	31 de dezembro de 2015	
	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros	1.289.275	1.254.297
Debêntures (Nota 14) (i)		

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. O seguinte método e premissa foram utilizados para estimar o valor justo:

- O valor justo das debêntures foi obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado, divulgados pela AMBIMA.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais)

23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	1.377.600
	Responsabilidade civil	26.671
	Riscos de engenharia	188.706
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	74.827
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	137.897

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

24. Informações complementares dos fluxos de caixa

	30/06/2016	30/06/2015
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	326	1.090

A Companhia classifica os juros pagos como fluxo de caixa da atividade de financiamento.

25. Eventos subsequentes

Reajuste das tarifas de pedágio

Foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 30 de junho de 2016, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágios. Em suma, a Deliberação autorizou o reajuste das tarifas nas praças de pedágio da Rodovias do Tietê, a partir de 1º de julho de 2016, no percentual de 9,32%.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos

Administradores e Acionistas da Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Salto - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao período findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 12 de agosto de 2016.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Adilvo França Junior

Contador CRC 1BA021419/O-4-T-SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2016.

Salto, 12 de Agosto de 2016.

Emerson Luiz Bittar

Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes relativo às informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2016.

Salto, 12 de Agosto de 2016.

Emerson Luiz Bittar

Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo Financeiro